



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 96/81 Curitiba, 01 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 15 de setembro de 1981, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros e em obras de controle da erosão urbana:

Município	Data do Conv. Aditado
ALTO PARANÁ	22/06/81
ARARUNA	22/06/81
CIDADE GAÚCHA	09/06/81
ICARAÍMA	22/06/81
INAJÁ	22/06/81
IPORÁ	26/06/81
NOVA LONDRINA	22/06/81
NOVA OLÍMPIA	15/07/81
PARANACITY	22/06/81
PLANALTINA DO PARANÁ	17/07/81
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	22/06/81
TAMBOARA	22/06/81
TAPEJARA	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 97/81 Curitiba, 01 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de GUAPOREMA, MARILUZ, PARAISO DO NORTE e SANTA ISABEL DO IVAÍ (2), objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 98/81 Curitiba, 01 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de dezembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando atribuir ao DETRAN a fiscalização de regularidade de veículos em relação às infrações cometidas em rodovias federais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 99/81 Curitiba, 01 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de MANGUEIRINHA, objetivando a construção de terminais de passageiros na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 100/81 Curitiba, 01 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, em obras de interesse metropolitano:

Município	N.º e data do Convênio
CAMPINA GRANDE DO SUL	27/81 — 03/09/81
QUATRO BARRAS	28/81 — 03/09/81
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	29/81 — 05/09/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 101/81 Curitiba, 02 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer limite autorizativo para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, para aplicação em obras públicas de infra-estrutura constantes nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado.

Os recursos que, por essa forma, se faz necessário obter, serão alocados especialmente ao Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos, já submetido à apreciação preliminar do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, o qual prevê a extensão de benefícios a 271 (duzentos e setenta e um) municípios paranaenses, que contam nas áreas urbanas das respectivas sedes, com população de 5.000 (cinco mil) a 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, objetivando-se dotá-los de condições para conter o agravamento e minorar os efeitos dos desequilíbrios ocasionados pelas migrações internas que vêm ocorrendo no Estado.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1047/81, de 24 de setembro último, firmada pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e profundo significado da medida que ora se submete à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, evidenciando os altos propósitos que orientam o Governo, na concretização de investimentos do maior alcance social e econômico.

Certo de merecer a habitual acolhida de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Deputados, renovo-lhe Senhor Presidente, minhas expressões da mais alta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a, no período de 1981 a 1983 inclusive, contratar empréstimos ou financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US \$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) para fazer face a despesas com execução de obras públicas de infraestrutura e outras despesas relativas à programação contida em orçamentos anuais e plurianuais, especialmente na realização do Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos.

Parágrafo único — Para as operações de crédito referidas neste artigo, a presente autorização não dispensa o Poder Executivo da obtenção da anuência expressa do Senado Federal, nos casos em que tal formalidade for exigida por dispositivo constitucional.

Art. 2.º — A execução do disposto no artigo 1.º, poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em qualquer data, e com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras.

Art. 3.º — Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 4.º — O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 102/81 Curitiba, 02 de outubro de 1981.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao Art. 9.º, da Lei n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966, para, em conformidade com legislação federal pertinente, alterar o valor da alíquota do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

A medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis consulta, sem qualquer dúvida, aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições a fim de — com base em recentes alterações aos artigos 23 e seguintes da Constituição Federal, conforme Emenda Constitucional n.º 17, de 12 de dezembro de 1980, e disposições do Decreto-Lei Federal n.º 1852, de 27 de janeiro de 1981 — aplicar divisão paritária de 50 por cento para o Estado e 50 por cento para os municípios, do produto da arrecadação do referido imposto de transmissão de bens imóveis.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1062/81, de 29 de setembro de 1981, firmada pelo Senhor Secretário das Finanças, apresenta maior detalhamento sobre a oportunidade, necessidade e elevado significado que se reveste a medida ora submetida a esse Poder Legislativo.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, solicito, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de merecer a elevada acolhida de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Deputados, renovo-lhe nesta oportunidade, meus protestos de real estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Art. 9.º da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966, passa a vigor com a seguinte redação.

“Art. 9.º — A alíquota do imposto é:

I — Nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei Federal n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar:

a) sobre o valor efetivamente financiado.

0,5% (meio por cento),

b) sobre o valor restante.

2% (dois por cento),

II — nas demais transmissões a título oneroso:

2% (dois por cento),

III — em quaisquer outras transmissões:

4% (quatro por cento).”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

— Ao Departamento Legislativo.

SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Ofício n.º 1062/81-GAB

Curitiba, 29 de setembro de 1981.

Senhor Governador.

Como sabe Vossa Excelência, veio a Emenda Constitucional n.º 17, de 12.12.80, ao introduzir alterações na DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS, estabelecer a divisão do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos) na promoção paritária de 50% para o Estado e de 50% para os municípios (§ 10, do Art. 23).

2. Não é vezo lembrar, entretanto, que tão logo a União, a sua vez, regulamentou o imperativo constitucional, através do Decreto-Lei n.º 1852, de 27.01.81, esta Unidade Federada veio, incontinenti, através do Decreto n.º 3575, de 24.02.81 e da Instrução SEFI n.º 695, de 24.02.81, implementar o ordenamento jurídico legal para possibilitar a aplicação da distribuição da parcela pertencente aos municípios paranaenses.

3. Como, todavia, o Art. 8.º do Ato Complementar n.º 27, de 8.12.66 serviu de parâmetro máximo ao Art. 9.º da Lei de regência do ITBI (Lei n.º 5.464, de 31.12.66), na fixação das atuais alíquotas do tributo e como tais relações percentuais não foram alteradas no mesmo passo da referida Emenda Constitucional, pelo Senado Federal, os Estados foram, naturalmente, desfalcados em quantia substancial da sua receita derivada correspondente.

4. O Senado Federal veio, contudo, a editar a Resolução n.º 99, de 16.02.81, (somente publicada no Diário Oficial da União em 17.09.81) alterando, nos termos do § 2.º do Art. 23, da Constituição, os limites máximos das alíquotas antes estabelecidas no referido Ato Complementar 27/66, de forma a seguir explicitada:

Operações	ALÍQUOTAS (%)	
	A.C. 27/66	Res. 99/81
Transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação	0,5	0,5
demais transmissões a título oneroso	1,0	2,0
quaisquer outras transmissões	2,0	4,0

* apenas sobre o valor efetivamente financiado; sobre o valor restante o máximo da alíquota poderá atingir a 2%.

5. Não há dúvida de que na administração do ITBI é imperiosa a observância do princípio constitucional da ANTERIOPI-

DADE, (Art. 153, § 29), razão porque para a majoração se tornar juridicamente factível, deverá a edição da lei correspondente anteceder ao exercício financeiro, o que vale por dizer que a eficácia da lei que majora o tributo deverá ficar contida até o último dia do exercício em que ela se tornar vigente, resultando plenamente eficaz apenas a partir do termo inicial do exercício financeiro seguinte.

6. No parágrafo único do art. 9.º da Lei Orgânica do ITBI escreveu o legislador projetando a norma para acolher acontecimento fático futuro:

“Parágrafo único — As alíquotas previstas no CAPUT deste artigo serão reajustadas, automaticamente, até o limite máximo na ocasião em que este for fixado pelo Senado Federal.”

7. Estaria, portanto, para a eficácia plena da majoração, atendido, já a partir de 1982, o pré-requisito constitucional da existência de lei estadual anterior ao início do exercício financeiro?

8. A redação do Art. 1.º da Resolução 99/81 pode, contudo, ao mencionar que os limites máximos das alíquotas teriam operância somente a partir de 01.01.82, gerar dúvidas a respeito de sua conjugação com o parágrafo único do mencionado Art. 9.º da Lei 5.464, de 31.12.66, razão porque, no intuito de prevenir a ocorrência de eventuais querelas judiciárias, achamos conveniente e oportuno enviar, à Assembléia Legislativa do Estado, anteprojeto de lei, objetivando alterar o referido dispositivo da lei estadual, atendendo, expressa e diretamente, aos princípios constitucionais da anterioridade e da reserva legal.

9. Nesse sentido, pois, enviamos ao seu exame o incluso esboço de lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração.

a) EDSON NEVES GUIMARÃES
Secretário de Estado das Finanças

Ofício:

Sob o n.º 747/81, da Senhora MARY ELISABETH A. WESTPHALEN, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, comunica ter recebido cópia de “TELEX” da Câmara dos Deputados e em virtude deste, esclarece que o Senhor JOSÉ SEVERINO SILVA FELINTO, não é enfermeiro, por consequência, não representante dos “Profissionais de Enfermagem de Curitiba”, e que o mesmo requereu inscrição na categoria de Auxiliar de Enfermagem, cujo processo, no momento, encontra-se em diligência, devido falta de comprovação de escolaridade (conclusão de 1.º grau), instrução mínima exigida para enquadramento na categoria referida. — Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 69/81.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.º 69/81, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização do plebiscito na área do Município de Cuiúva, para consulta à população sobre a criação do Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Santos Gemin.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar na Ata dos trabalhos regimentais pelo falecimento do Sr. José Santos Gemin, ocorrido dia 09 pp. no Município da Lapa.

Requer ainda, se aprovado o mesmo se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Ovande Gemin, residente à Rua Carlos Gomes n.º 47, naquele município.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Swarowski, ocorrido dia 05/10, na cidade de Rio Negrinho - SC.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Swarowski, ocorrido dia 05 pp. na cidade de Rio Negrinho.

Solicita ainda, se aprovado o mesmo, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Alceu Swarowski, residente à Rua Vicente Machado n.º 461, no Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Dr. Ruy F. Itiberê da Cunha, ocorrido nesta Capital.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar, pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor Dr. RUY F. ITIBERÊ DA CUNHA.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do jovem Antônio Carlos Moletta Machado, ocorrido no dia 12 p.p. do corrente na BR-277, próximo ao Município de Prudentópolis.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação em Ata nos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do jovem ANTÔNIO CARLOS MOLETTA MACHADO, ocorrido no dia 12 p.p. do corrente, em acidente automobilístico na BR-277, nas proximidades do Município de Prudentópolis, e que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

Nossa manifestação de solidariedade, neste triste momento à família enlutada, dá-se pela grande amizade que temos e pelos relevantes serviços prestados pelo desenvolvimento daquele próspero município, que representamos nesta egrégia Casa de Leis.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Martins do Carmo.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOSÉ MARTINS DO CARMO, ocorrido no último dia 10, na cidade de Paranaguá.

O extinto, pessoa de mais alta respeitabilidade, foi Vereador à Câmara Municipal daquela cidade e atualmente exercia suas atividades como Advogado, devendo-se ressaltar sua atuação sempre desinteressada em favor dos humildes e desamparados os quais tinham no Dr. José um amigo para defendê-los quando necessitavam.

O seu desaparecimento causou geral consternação no seio da sociedade parnanguara e particularmente nos meios sindicais onde era estimado e benquisto pelos relevantes serviços prestados à classe.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa da viúva, Senhora Aurea Célia Silva do Carmo, para o seguinte endereço: Alameda Coronel Elízio Pereira, 561 - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, na cidade de Apucarana, do Dr. OSWALDO OCTAVIO PEREIRA.

O extinto, engenheiro de reconhecida capacidade profissional, exerceu o mandato de Vereador, ocupou o elevado cargo de Diretor Técnico da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, projetou e dirigiu as principais edificações de Apucarana e cidades próximas, foi o instituidor da tradicional Corrida Pedestre "28 de Janeiro" e, por esse motivo, deixou largo círculo de amizades sinceras, que hoje pranteiam sua morte.

O subscrevente se associa aos seus familiares na dor da irreparável perda e, assim, requer seja dado conhecimento do teor do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer um voto de louvor ao Sargento Vidal, do Vigésimo Sétimo Batalhão Logístico.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a inserção em Ata nos trabalhos de hoje, um voto de louvor, reconhecimento e gratidão, ao espírito de solidariedade humana demonstrado pelo SARGENTO VIDAL, do Vigésimo Sétimo Batalhão Logístico - Material Bélico, com sede no Bacacheri, o qual, com energia, presteza, procurou atender um acidente de trânsito ocorrido nas imediações de sua Corporação, resultando de sua ação, o salvamento de uma vida humana.

Na madrugada do dia 04 (quatro) último, um acidente de trânsito ocorreu naquele local, envolvendo um ônibus e um veículo de marca Volkswagen, resultando em gravíssimos ferimentos no motorista do Volks. O Sargento Vidal, procurando prestar socorros ao ferido, chegou a exigir que um motorista de táxi transportasse o acidentado ao Pronto Socorro Municipal. Apesar das primeiras negativas do taxista, o Sargento Vidal, demonstrando capacidade de comando, energia e, acima de tudo perfeita compreensão de que o tempo seria fator decisivo para o salvamento de uma vida, soube contornar negativas, retardamentos e indecisões. Fruto de sua ação, do seu espírito de solidariedade humana, conforme afirmativas dos próprios médicos que atenderam o ferido, uma vida foi salva. Atitudes como a do Sargento Vidal, merecem e precisam ficar gravadas nos Anais desta Casa, como exemplo de dignidade, de amor ao semelhante e de preparo técnico e psicológico para enfrentar e solucionar situações.

Aprovado o requerido, solicita o autor que a decisão deste Poder Legislativo seja comunicada ao digno Comando da Corporação a que pertence o Sargento Vidal, pois o seu gesto, a sua atitude, a sua decisiva e decidida interferência, contribuíram para que uma família inteira e parte da sociedade, aquela que teve conhecimento dos fatos, passassem a admirar, mais ainda, os integrantes do 27.º Batalhão Logístico.

Requer, finalmente, o autor seja a comunicação acompanhada de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil em Santa Teresinha, Município de Foz do Iguaçu, com projeto, em andamento, para a criação de município.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Dr. ALÉSSIO VAZ PRIMO, solicitando a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil no Distrito de Santa Teresinha, Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O andamento das atividades econômicas do Distrito de Santa Teresinha ressurte-se, há bom tempo, da presença de um Posto Avançado do Banco do Brasil.

O progresso e pujança de Santa Teresinha é visível em diversos setores, que justificam a urgente necessidade e instalação desse departamento bancário oficial, para atender, em especial, o setor agrícola.

Podemos dizer que Santa Teresinha encontra-se à frente de grande número de municípios paranaenses, tanto assim que existem estudos, segundo a vontade da população local, em transformar o distrito em município. Para concretizar tal aspiração, o Deputado que a este subscreve, na Sessão da Assembléia Legislativa realizada no dia 06 de outubro do corrente, teve a honra de apresentar, Projeto de Lei, fartamente documentado, propondo a criação do Município de Santa Teresinha.

Conta a localidade em ter atualmente, entre outras obras e melhorias, uma agência do Banco do Estado do Paraná, uma agência do Banco Bamerindus do Brasil, uma agência REPRO do Banco do Brasil, Sub-Prefeitura, Correios e Telégrafos e 200 aparelhos telefônicos ligados ao sistema DDI.

Dessa forma consideramos de vital importância, para que a continuidade desenvolvimentista de Santa Teresinha não seja interrompida, e sobretudo às vésperas de sua elevação a muni-

cípio, que se instale com urgência este tão almejado Posto Avançado do Banco do Brasil.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a remessa dos laudos periciais inclusos para Comissão de Constituição e Justiça a fim de que sejam anexados ao processo denúncia contra o Sr. Governador e Secretários.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a Vossa Excelência se digne de mandar encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça os laudos periciais realizados nas pessoas de Adelaide Guedes dos Santos, Bernadete Visbiski Coelho e Júlio César Manso Vieira, como prova dos ferimentos sofridos por essas pessoas por ocasião agressão sofrida por autoridades policiais, no dia 03 de outubro do corrente mês, independentemente de apreciação do Plenário.

P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1981.

a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino. — (Ausente)

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já tivemos a oportunidade de ocupar esta tribuna para solicitar providências de nossas autoridades responsáveis pelo trânsito, no sentido de que medidas extras de segurança fossem tomadas em relação ao fluxo de veículos em áreas próximas aos estabelecimentos escolares.

Com satisfação tomamos agora conhecimento da Resolução do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito — fixando em 20 km a velocidade máxima e estabelecendo multas e responsabilidades específicas a qualquer motorista que ultrapassar este limite em áreas consideradas escolares.

Se, como deve, esta Resolução for devidamente acatada, as possibilidades de acidentes serão muito remotas.

Ficam, aqui, nossos aplausos pela medida e nossa contribuição para sua divulgação, necessária na medida em que sem maiores esclarecimentos, a situação não se modificará para melhor.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já tivemos também a satisfação de falar desta tribuna sobre o quadro alarmante do número de acidentes de trânsito em nosso Estado e País, ceifando vidas e causando elevados danos materiais.

Propusemos, como outras vozes, que Educação para o trânsito fosse matéria obrigatória na área de Estudos Sociais, a nível de primeiro e segundo graus. Também, com prazer, estamos sabendo que o Conselho Federal de Educação incluiu a educação para o trânsito nos currículos destes cursos básicos e treinamentos para formação de técnicos nesse setor já estão sendo ministrados, inclusive em nossa Capital.

Registramos mais uma vez, nossa satisfação por vermos reivindicações como esta, das mais sérias e urgentes prontamente atendidas.

Aproveitamos, ainda, esta oportunidade, para levantar mais um problema referente ao trânsito e solicitar providências que acreditemos virão em curto espaço de tempo. Trata-se do já popularizado uso de motocicletas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tivemos neste mês, em Francisco Beltrão, uma cena tocante e pouco comum. Centenas de motociclistas, de forma or-

deira e pacífica, promoveram uma manifestação de pesar, lembrando companheiros falecidos em acidentes e pedindo providências.

O elevado número de atropelamentos e acidentes com vítimas envolvendo motociclistas, justificam nossa abordagem e nosso apoio à aludida manifestação, bem como nosso pedido no sentido de que se dê mais atenção, com medidas específicas em relação à locomoção por meios de motos.

O próprio Governo tem estimulado o uso de motos como uma das formas de poupar combustível. Que nossas autoridades promovam também amplas campanhas de esclarecimentos, visando não só a compreensão de todos os motoristas, bem como a própria orientação dos motociclistas.

Não é nosso objetivo agredir motoristas e veículos.

Estamos, isto sim, propondo uma convivência harmoniosa entre veículos e motos.

Que tenhamos em mente que em cima de uma moto, assim como dentro de um veículo ou nas calçadas, há uma vida.

Respeitemos, com legislação e esclarecimentos específicos, um pouco mais a liberdade e acima de tudo as vidas dos motociclistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O I Seminário Nacional de Prefeitos do PMDB, realizado em Joinville neste fim de semana, nos dias 9, 10 e 11, demonstra a seriedade com que nosso Partido encara a tarefa da administração municipal, e o caráter das intenções que nos imbuímos para cumpri-la.

Durante os três dias de debates e palestras, as mais ricas experiências de organização e participação popular foram divulgadas por companheiros prefeitos peemedebistas, que sabem estar no povo as soluções que este Governo não encontra, por voltar-se aos interesses estranhos aos da maioria.

Das ricas discussões, alinhou-se importantes pontos de ação política para a caminhada até 82. Naquele foro, um reduto oposicionista dos mais autênticos, e onde se realiza uma relevante experiência municipalista, discutiu-se profundamente como deve ser uma prefeitura alternativa do PMDB. E foi com base nos sucessos já obtidos em cidades como Piracicaba, Lajes e Joinville, além de outros, que o nosso Partido pode provar que é possível romper esta estrutura centralizadora tributária, institucional e política, para se transformar em centros multipolíticos de conhecimentos sobre administrações municipais ou-sadas, cuja diretriz básica é a ampla participação popular.

Nestes anos em que a Oposição esteve afastada de todas as esferas do poder, pode o PMDB acumular vontade aliada a conhecimentos e pesquisas, para garantir ao povo hoje que por pior que seja, uma administração voltada para a maioria sempre terá mais acertos do que erros. E inteligências nacionais reconhecidas não se recusaram, em momento algum, a dar sua colaboração para construção destas experiências relatadas naquele encontro municipalista. Assim, pudemos ouvir de companheiros de Partido, como Almino Afonso, ex-Ministro do Trabalho, uma verdadeira aula de democracia, ao falar da campanha de 1982; ao debater com o ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, uma importante exposição sobre as questões principais para uma prefeitura alternativa, levando em conta a educação, a saúde, e o bem-estar social, e do professor Tito Costa, Prefeito de São Bernardo do Campo, os reflexos da concentração tributária nas administrações locais; e o PMDB no Governo Municipal, prefeitura alternativa e organização popular, no painel comandado pelo sociólogo André Foster e pelo Deputado Presidente da Fundação Pedrosa Horta, patrocinador do Encontro, João Gilberto.

Esse encontro, que enriqueceu a todos que se dispuseram a debater a questão emergencial que é o municipalismo de Oposição, reuniu nada menos do que oposicionistas de treze Estados. Prefeitos, Vereadores, Deputados e Senadores iniciaram, ali, o debate sobre a tarefa que, certamente, nos será colocada a partir de 1983.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que as diversas palestras, debates e, principalmente os depoimentos que tivemos daqueles Prefeitos que estão, em suas administrações, trazendo o povo para decidir, se antecipando à rua e trabalhando com os setores populares organizados, é que tivemos um quadro efetivo de que realmente é possível administrar, mesmo ainda com a centralização tributária, institucional e política que está em vigor no País. E as experiências, como diz, de Piracicaba, Cabo Frio, Lajes e tantas outras, espalhadas no País, dão o atestado de que é possível fazer uma boa administração e ter uma boa linha política, quando se coloca o povo para decidir aquilo que lhe interessa. E o PMDB como alternativa de poder, discute amplamente as questões dos municípios e também por via de consequência, as questões administrativas dos Estados, como garantia de que chegará acima de tudo, sendo sufragado pelo voto popular em 82, a vontade do povo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil ontem, às 23:30 horas, como que se reencontrou consigo mesmo, quando pela televisão Bandeirantes, depois de 17 anos, um homem muito frágil, um homem que hoje indubitavelmente é o brasileiro mais conhecido de todos os brasileiros, mais conhecido em todo o mundo, conseguiu, depois de 17 anos, levar a sua voz, e através da eletrônica, todos nós brasileiros, vimos a sua imagem pela televisão. Pois ontem, depois de 17 anos, de proibido e nesse período inclusive de se citar o seu nome, o brasileiro teve a felicidade de rever — e muitos brasileiros, pela primeira vez, de ver, D. Helder Câmara, a levar a todo o Brasil, a sua mensagem de paz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, coincidentemente ao abriremos os jornais deste início de semana, veremos que em matéria de repressão, as coisas não mudaram. Estamos afinal após tantas lutas, pela libertação do povo brasileiro, entrando na fase denominada pelo próprio Governo, de abertura democrática. Assim, depois de 17 anos, ouvir a mensagem de paz de D. Helder, imaginávamos poder aos poucos, ir olhando para as ironias do passado e dizer com alívio: isto nunca mais se repetirá. Ledo engano, Srs. Deputados, ledos enganos. O que vimos neste fim de semana nos jornais, aquilo que seria como piada em qualquer nação dita democrática, em qualquer país, onde o mínimo de liberdade garantisse o ir e vir e pensar, no Brasil ainda se dá, e como se dá. Dois fatos estampados nos jornais da grande imprensa e que ocuparam as primeiras páginas nos roubam aquele olhar de ironia, que pensávamos poder lançar ao passado, as mais essenciais liberdades, são cassadas àqueles que têm dado suas vidas à Justiça. E o novo — entretanto histórico — adversário do Estado, mais uma vez vira bode expiatório, e o pior, encontra-se nele os motivos mais desprezíveis para perseguição.

Votamos ao passado. E que triste passado!

Os missionários representantes da Igreja Católica no Brasil e que no Araguaia enfrentavam ao lado dos posseiros, pistoleiros, dos latifundiários e do Governo, são acusados no inquérito aberto pelo Ministério da Justiça, de crime de conscientização, repito, crime de conscientização. Presos desde o final de agosto, quando ocorreu a morte de alguns agentes da Polícia

Federal, em São Geraldo do Araguaia, como mandantes de crimes, são agora enquadrados em crimes de evangelização e de exercício de pensamento. E não bastasse o cerceamento da sua liberdade física, o seu encarceramento mesmo sem a menor prova, estão aqueles religiosos franceses, Aristides Camilo e Francisco Curió, impedidos de fazer esses homens pensarem. E o pior, aqueles que protestam contra prisões, privados de externar seu repúdio, até em procissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pois neste final de semana prolongado, quando já apreensivos brasileiros assistiam ao pânico dos estrangeiros no Brasil, diante das ameaças do estatuto que regulamenta sua permanência no País, esses dois fatos se somam para abalar o peso das preocupações da sociedade brasileira.

Crime de conscientização, veto a protestos em procissão, duas novas modalidades que o regime inventa para usar e abusar.

E aqui Srs. Deputados, conviria lembrar as palavras deste santo em vida, Dom Helder Câmara, quando ontem afirmava perante as câmaras de televisão, que a Igreja servia ao Governo e não era criticada pelo Governo quando se dedicava a resolver os problemas individuais, quando se dedicava a dar esmolas, mas, agora que a Igreja passou a ver que a solução dos problemas individuais, de nada resolveria, os problemas da Nação e passou a procurar a se introduzir, a resolver os problemas de uma maneira coletiva, eis que o Governo acha e repito aqui, o que o Ministério da Justiça está dizendo que a Igreja está fazendo, cometendo crime de tentar conscientizar o povo.

Diante de todos estes anos seguidos de perseguições, de combate à liberdade, de atentados contra a sociedade brasileira, tais fatos não deveriam mais nos provocar o repúdio, a intolerância e a repugnância. Mas Senhores, como calar quando as consciências sãs deste País são atacadas por atos de tal violência?

Este regime que já matou; já feriu; mutilou; privou de liberdade, cassou direitos políticos, atingindo milhares de lares brasileiros; este regime que destruiu obras literárias; queimou livros; oprimiu a inteligência nacional, não desistiu ainda do seu projeto de esmagar o povo através da ignorância, da marginalização, da luta consciente.

O exercício de pensar, sabemos, leva à dúvida. Leva ao questionamento. Leva à apatia, mas também leva à tomada de posição, à revolta. Em todos estes anos as milhões de cabeças foram atordoadas pelas horas de torpor que os meios de comunicação trataram de transmitir. Pela ausência de realidade na temática do divertimento. Pela literatura alienada, alienante, fantástica e cósmica que se disseminou; a produção cinematográfica, televisual, bem soube aproveitar dos caminhos que a ditadura apontou.

A direita trabalha bem. Trabalha consciente. Sabe que o livre pensar não é só pensar. Mas ter acesso a tudo e a todos que estimulem a criatividade; a crítica, a análise; e o bom aproveitamento daquilo que a história acumulou para a libertação do homem e da sociedade como um todo.

Tendo nas mãos tal conclusão, como poderia este poder que detém o País sob suas tiranias, permitir ao povo pensar? E como libertar o grito parado na garganta? E como permitir que alguém, consciente de seu papel como agente da transformação, permita que o grito saia em forma de luta?

Senhores.

Assim agindo, o Ministério da Justiça responde corretamente ao caráter deste regime. Nenhum fascismo sobrevive ao pensamento revolucionário, ou mesmo daquele tipo que leve a mudanças localizadas. É provável que os fiéis da procissão do Círio de Nazaré estivessem apenas dando os primeiros passos para um movimento organizado e realmente revolucionário. É possível que aos posseiros do Araguaia hoje seja colocada

apenas a perspectiva de uma mudança imediata.

Mas os poderosos não toleram, não suportam a contestação ou sequer o questionamento do regime. A fragilidade deste monstro autoritário só resiste ao tempo diante de consciências dormentes, de cabeças empalmadas pelo jorro de ilusões lançado pelos veículos usados por este regime.

Existe, entretanto, a realidade a empurrar para frente. E é ela, que o próprio regime planejou e construiu na marra, que fará a sociedade brasileira avançar, CONSCIENTEMENTE, rumo à libertação. E cabeças que não se furtaram de traçar saídas corretas e justas, tratarão de mostrar que jardim, de muito pisado, vira caminho.

Srs. Deputados, a "Folha de São Paulo" de ontem, denota, exatamente, o espírito em que vive a sociedade brasileira; sociedade que vive sob o medo; medo que, sobre o processo político, tem dois efeitos. (Lê): "E o sistema político dominante tem se valido, entre outras, de duas formas de controle social: a resignação e o medo. Das duas, a resignação é talvez a mais eficaz, como forma de dominação. O homem resignado, internaliza a submissão. Ele tem o senhor dentro de si, dado que o homem resignado é o seu próprio carcereiro. Essa forma de dominação ideológica é, não só, a mais eficaz, como a de mais difícil superação."

No Brasil moderno, no entanto, dois fenômenos têm contribuído no sentido de desarticular os mecanismos que produziram e difundiram a resignação: o dinamismo desarticulador e contraditório do desenvolvimento capitalista transnacionalizado, e as transformações da igreja católica".

Vejam, Srs. Deputados, que o eminente editorialista Heber de Souza traz exatamente à discussão, o fato de que a economia capitalista em crise, não só no Brasil como no mundo, mas as posições da Igreja Católica estão fazendo com que a sociedade brasileira deixe de ser resignada, e, portanto, deixe de ter medo.

Srs. Deputados, quando lemos este artigo e o comparamos com as manchetes de jornais sobre as prisões de padres, sobre a detenção de religiosos, e quando comparamos estes fatos com a entrevista do eminente Bispo de Olinda, D. Helder Câmara, vemos que realmente este editorialista tem razão, quando diz "que as transformações da igreja católica estão operando na sociedade brasileira a superação da sua resignação". Tem um aparte o nobre Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência traz em bom tempo, um dos temas que está, realmente, tomando conta da imprensa nacional e fazendo a justa defesa da igreja que vem encontrando a resistência de vários políticos do Governo, que procuram desviar, desvirtuar, o verdadeiro papel que a Igreja está assumindo, na realidade brasileira, nesse importante passo, rumo a transformação da sociedade.

É um posicionamento um tanto estranho. E aqueles que passaram na primeira comunhão e nunca mais voltaram à Igreja, realmente não podem entender, depois de 30, 40 anos, que deixaram de frequentá-la, uma Igreja nova, uma Igreja disposta a aplicar o Evangelho à vida.

Aqueles poderosos que se acostumaram a ver o Evangelho utilizado para alienar, como entorpecente, como calmante, sobre as classes oprimidas, e que não tocava, não se aplicava sobre a usura e as injustiças cometidas por eles, hoje, estão a se rebelar contra a Igreja. Para eles, o Evangelho é bom enquanto aliena; para eles, o Evangelho é bom enquanto auxilia o Estado a mantê-los sem a polícia, fazendo o papel do entorpecente, junto às camadas mais pobres, massacradas, marginalizadas, e com a promessa de dias melhores após a morte, o Evangelho voltado necrofilamente para apoiar os que oprimem, era bom. Agora, quando a Igreja decidiu, por força, talvez do próprio espírito do Evangelho, a aplicar este mesmo Evangelho

e suas verdades à realidade de vida em que vivem os pobres, fazendo uma opção corajosa, colocando-se ao lado dos pobres, dos oprimidos, eles passam a reagir.

É natural que reajam. É natural que se coloquem em defesa da usura, com a qual sempre viveram. É natural que tirem a máscara e mostrem a sua falsa fé farisaica.

Portanto, Vossa Excelência está de parabéns em demonstrar, na tarde de hoje, que a Igreja vem ocupando aquele espaço que, talvez, nós os políticos, não ocupamos, que é o papel de educar politicamente; que é o papel de conscientizar; que é o papel de educar.

A Igreja paternalista acostumava-se a desenvolver trabalhos de assistência, no meio rural, muitas vezes, confundindo Evangelho com assistência técnica, colocando técnicos agrícolas, colocando outras pessoas, pensando que o problema da pobreza do campo era devido a técnica. No tempo do Brasil em marcha, em ritmo de Brasil grande, onde a badalação da técnica parecia ser a salvação do mundo. Mas, a Igreja descobriu, logo, logo, que, o Evangelho se aproxima muito mais da orientação filosófica política, do que da orientação técnica. E aí justamente que ela mexeu com o vespeiro, aí que ela justamente desagradou a governos e governantes, é aí justamente que ela entra em choque com os verdadeiros ateus que, embora se confessando, religiosos, embora se confessando, crentes, na prática utilizam o ateísmo prático que é muito pior que o ateísmo materialista e, confesso, do outro lado!

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gernote Kirinus, e continuo, dizendo que, os dois problemas básicos colocados pelo articulista, o transnacionalismo e sua conseqüente crise do regime capitalista, não há muito que se falar porque estamos sentindo, no dia a dia, no nosso próprio bolso. Estão aí as inúmeras fórmulas para que o capitalismo sobreviva, um dos sustentáculos do regime que aí está, e, de outra parte, a mudança ou a evolução do pensamento da Igreja que deixou a sua fase exatamente de resignação, para passar a ser realmente uma Igreja, também está pondo em polvorosa aqueles que não querem que o povo pense. Como diz e aí eu cito o livro A IDEOLOGIA DO PODER E O PODER DA IDEOLOGIA, onde seu autor diz o seguinte:

“O medo significa que, além das fronteiras da obediência, na situação presente existe somente o nada, o caos, escuridão, sofrimento e morte; o medo joga um grande papel na manutenção do regime democrático burguês, e, a resignação, revela uma visão profundamente pessimista das possibilidades de mudança. Nesse contexto, o termo designa uma forma de obediência que deriva da concepção de uma impossibilidade prática de uma alternativa melhor, mais do que da força repressiva dos poderes existentes.”

E no momento em que a Igreja deixa de ser uma Igreja da resignação e deixa de ser uma Igreja que incutia medo, realmente o sistema se levanta — e se levanta, contra aqueles que mais de perto estão a praticar as recomendações do Vaticano II, das reuniões de Medellín e de Puebla.

Srs. Deputados, mas como isto refletiria a nível do nosso Estado, das nossas ações? Lembro aos Srs. Deputados que, há cerca de 20 anos atrás, quando um problema surgia, e eu estava aqui em 1961, quando da campanha da legalidade, e o povo, quando se sentia inseguro, corria para onde? O medo o levava a que portões, a que portas? Aos portões encimados com o brasão nacional e com a inscrição de alguma unidade do Exército brasileiro! O povo, quando sentia medo, tinha, no Exército nacional, a sua segurança, e, foi a ele se socorrer no Sudoeste, no Oeste, no Norte nos seus problemas de terras, e, hoje, Srs. Deputados, em que portas, em que portões bate o povo oprimido? Tenho a certeza de que não é mais nesses portões de outrora, e sim, nas portas das catedrais!

O oprimido do Amazonas, do Mato Grosso, só tem como

seu defensor, aquele padre, aquele missionário que lá está vivendo com ele, porque transformaram o homem que deveria estar fazendo a defesa do povo brasileiro, no seu algoz. Transformaram o homem pago para fazer a defesa do brasileiro, no porta-voz do sistema e é por isso que hoje temos que punir os padres, porque hoje estão nas Igrejas e nas Catedrais, a única esperança do povo sofrido. E porque nas Igrejas e catedrais, exemplo recente desta cidade, desta Capital, tivemos ainda na semana passada, quando os professores do Paraná, depois de passarem mais de 20 dias em greve, só tiveram solucionados seus problemas, apesar da interferência do Legislativo, que seriam as pessoas indicadas para serem os intermediadores, mas só tiveram a sua voz ouvida, quando a Igreja lhes abriu a porta e passou a ser mediadora. Culpa da Igreja ou culpa do próprio Parlamento, pois vejamos, Senhores Deputados, se as reivindicações concedidas ao professorado não foram as mesmas tratadas dentro desta Assembléia?

Culpa dos Bispos que passaram a intermediar, ou um atestado de fracasso a esta própria Casa que não soube negociar e continuar a negociação, pois as propostas que acabaram sendo aceitas, foram aqui elaboradas, foram neste Parlamento tratadas e praticamente nada mais se acrescentou? É novamente o atestado que ao lado daqueles portões verde-amarelos que não são procurados mais, também as portas dos Parlamentos, dos chamados representantes do povo, também não são mais procuradas, porque não são mais respeitadas, porque respeito elas não impõem.

Por isso, Senhores Deputados, quando se passam a prender padres e criticar a Igreja, há que se levantar a voz, porque senão estaremos sob o império do medo e da resignação e como diz muito bem este artigo, com medo e resignação, democracia alguma teremos neste nosso País.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência na realidade, vem fazendo um pronunciamento colocando muito bem os problemas principalmente do Parlamento, o que para nós não é novidade alguma.

Deputado Deni, realmente o nosso Parlamento nada representa. Se estamos aqui e não sabemos o porquê, se estamos aqui e não somos consultados, se a nossa vontade não prevalece, se o direito do Poder Legislativo realmente — e bem colocou Vossa Excelência hoje —, está subjugado.

Infelizmente, Deputado Deni Schwartz, eu me lembro que Vossa Excelência, o Deputado Nilso Sguarezi, e este Deputado, já tivemos oportunidade de tecermos críticas sobre esta falta de prestígio do Parlamento brasileiro. Entendemos também, Deputado Deni Schwartz que o clero, que a Igreja tem por obrigação, tem o direito de participar da vida social dos brasileiros, mas acontece Deputado Deni, que os problemas que Vossa Excelência referiu-se muito bem, da greve dos professores, só teve uma solução com a interferência da Igreja. Parece-me Deputado Deni Schwartz, que nós vamos ficando cada vez mais distantes dos problemas, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até hoje, não teve o direito de avocar para a área política, para este Poder, estes problemas que entendemos de grande importância, de grande relevância para a sociedade paranaense.

E Vossa Excelência tem deste Deputado todo o apoio, todo o aplauso pela crítica que vem fazendo com bastante conhecimento do problema. Portanto, Deputado Deni Schwartz, quero me parabenizar com Vossa Excelência, quero que Vossa Excelência tenha todo o respaldo no seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Apenas para dizer que o Deputado Deni Schwartz continuará no horário da Li de-

rança.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e o horário que me é concedido pela Liderança. E, repondo o aparte do nobre Deputado Jurandir Messias, dizendo que ao virmos à tribuna e ao abordarmos o problema do passado recente, nós o fizemos, porque se de um lado ao lermos os jornais, as condições em que a greve, a paralisação das aulas foi encerrada. Se, de um lado aos lermos nos jornais e ao lermos que todos os tópicos praticamente eram os mesmos contidos no documento aqui elaborado, se isso nos causou até uma certa tristeza, porque afinal de contas, tal movimento poderia ter sido encerrado antes, alguns dias. De outra parte, eu me senti um pouco satisfeito, porque lembro que há 30 dias atrás, praticamente quando se iniciava esta greve, nesta mesma tribuna, afirmava que talvez pudéssemos dar o 1.º passo, este Legislativo, para retomar o seu devido lugar na sociedade paranaense.

Quando aqui estivemos, dizendo que não queríamos julgar direitos de uns ou de outros, mas que estava no momento em que a Assembléia deveria se manifestar como representante da sociedade paranaense, e que através de um requerimento pedíamos o comparecimento do Sr. Secretário a esta Casa. Comparecimento que ocorreu posteriormente, com a aquiescência inclusive das duas bancadas. Comparecimento que se renovou por duas ou três vezes, inclusive com a liderança dos Srs. professores. Dizia, naquela oportunidade, que estava no momento de retomarmos o diálogo com a sociedade paranaense e se nós não tivemos o êxito que poderíamos ter, de termos levado o problema até o fim, pelo menos, demonstrarmos ao Paraná num determinado momento, que esta Casa está madura, que esta Casa está no seu constante discutir e dialogar. Está amadurecendo e está novamente se adaptando àquilo que num País democrático deve existir.

Lembro que após esse fato, tivemos ainda recentemente um fato que não veio inclusive para as tribunas, quando posseiros de Foz do Iguaçu estavam por serem despejados, a interferência do Deputado Gernote Kirinus e do ilustre Presidente desta Casa, não permitiu que isto ocorresse.

Parece-me que este é o lado positivo de tudo isto, que estamos pelo menos tentando retomar o nosso lugar, porque no momento em que nós, os políticos brasileiros, retomarmos os nossos lugares, no momento em que nosso Exército e as nossas Forças Armadas retomarem seus devidos lugares, os padres não serão mais presos, porque não serão mais procurados para serem aqueles únicos a quem o menos favorecido pela sorte tem para apelar.

No momento em que retomarmos o nosso poder, o nosso lugar, naquele momento, provavelmente as nossas portas serão novamente procuradas, porque passaremos a inspirar confiança.

Concedo o aparte ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Deputado Deni Schwartz, ao menos fica registrado nos Anais da Casa esta manifestação de Vossa Excelência, exatamente quando no domingo esta tradicional e histórica procissão de Círio de Nazaré, realizada na Capital paraense teve, como um dos pontos a chamar a atenção, a maneira como a polícia, mais uma vez, se indispôs contra aqueles que participaram da procissão, portando faixas, e preocupação com padres presos com o momento político brasileiro, com a Justiça Social e que, inclusive, redundou na prisão de algumas pessoas, três padres, além da repressão em cima de freiras e outros, leigos, jovens, que participavam daquela manifestação religiosa.

Mas o que nos deixa realmente preocupados é que neste horizonte de inquietações que hoje existe no País, a distância cada vez maior não é da classe política com o povo. Se ela existe, e existe em função destes 17 anos em que jogaram os políticos no fosso mais distante e mais desequilibrado de sua atividade,

no fosso mais distante e mais desequilibrado de sua atividade, é que em 1980 esta mesma procissão teve a presença de Senadores, inclusive do ex-Governador daquele Estado e hoje Presidente do Congresso Nacional, Jarbas Passarinho, até o Presidente da República esteve lá, Ministros, e tantas autoridades que estiveram ausentes este ano. Isto mede o quanto está distante a Nação do Governo do Estado que aí está.

Porque em menos de um ano, ou até em um ano, numa mesma procissão, num evento religioso, os homens do Governo não têm mais ambiente de retomar aquele lugar para participar, como participaram em 1980.

Por esta razão é que devemos dar louvas à presença da Igreja que está suprimindo aquilo que os políticos, de um lado, não podem fazer, porque foram impossibilitados. Porque retiraram de nós as nossas próprias pernas para andar e transformaram o Poder Legislativo num Poder paraplégico. E, como aleijados que somos, porque assim quer o regime, a Igreja passa a suprir.

Veja o que temos: os padres sendo acusados de comunistas e subversivos quando, neste País, a subversão é do próprio Governo que, em mais de 900 focos de lutas possessórias e nas demais questões de terras existentes neste País, onde estão os políticos, onde estão os partidos atuando em cima de mais de nove centenas de conflitos de terras?

Mas é o abrigo da Igreja, é o abrigo de Bispos como Casaldáliga que muita gente exteriorizando às vezes a sua opinião, não diz, mas que gostaria de vê-lo talvez expulso, tal qual Victor Maracapilo.

Mas não tenham dúvidas que esta Igreja está rompendo também o cerco, como romperam aqueles políticos, oposicionistas e lideranças deste País, que independente da repressão, sofreram torturas, violências, exílios, e tantas outras coisas, mas que deixaram a marca de resistência que este povo brasileiro, talvez contra a vontade de muita gente, haverá de se levantar e acabar com essa opressão que hoje existe em tudo e sobre-todos.

Por isso, Deputado, faço este aparte, dando relevo às preocupações que se traz à tribuna. Agora, gostaria de saber que cada um dos 58 Srs. Deputados com assento nesta Casa, refletissem um pouco consigo mesmo. No momento em que este Governo fez o que fez contra padres, contra bispos e contra leigos e freiras, enfim contra o setor da Igreja mais progressista. Será que eles terão coragem de ficar calados? Será que ficarão omissos, de braços cruzados? Será que os Deputados que dão sustentação ao Governo neste País, fizeram manifestação de protesto, quando o Senador Jarbas Passarinho criticou de maneira vesga, obtusa, a Igreja? Calaram-se ou se manifestaram? Mas é possível, Deputado, que em 82, muitos irão bater nas costas dos padres, comprarão rifas e rifas; farão gordas ofertas, para a construção de templos e outras atividades religiosas. Mas como o feitiço vira contra o feitiço, amanhã esses templos que às vezes têm essas gorjetas interesseiras, servirão de abrigo para aqueles que, se rebelando contra as injustiças, encontrarão como encontraram no ABC, na Igreja Matriz, o refúgio para resistir contra aqueles que não querem liberdade, que não querem democracia, e não querem socializar os frutos da riqueza construída pelo povo brasileiro. A igreja é dos oprimidos. Mas é esta que merecerá o nosso aplauso. Tomara que os políticos para poderem obter o respeito que desejam, comecem a respeitar aqueles que estão lutando pelas modificações estruturais neste País. Sob pena de serem tão farisaicos, como os que constam das sagradas escrituras. E nós não queremos estar no rol destes e nem sermos avalistas daqueles que oprimem, ou pela ação ou aceitam a ação e portanto também oprimem indiretamente pela omissão.

Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o seu aparte, dizendo

que realmente a distância dos homens que detém o poder e a Igreja, está cada vez maior. Só que acho que essa distância e nesses homens que detém o poder, estão englobados todos nós. A classe política como um todo, que não está se mostrando à altura do momento brasileiro.

Por isso, se olharmos o futuro da Nação, ficamos com poucas soluções. E eu até lembraria, o que disse esse apóstolo da paz, D. Helder Câmara, ontem, ao dizer que era contrário e ao se manifestar contrário às invasões de terras públicas ou da Igreja ou de particulares, ele contava uma história muito interessante, que teria acontecido acerca de dois mil anos atrás, quando um homem e sua esposa grávida procuravam um local, batiam às portas para conseguirem um local onde deveria nascer aquele bebê. E não encontrando, acabaram invadindo um local: Uma mangedoura. Tiveram de invadir uma mangedoura e foi aí que Cristo nasceu. E a pergunta fica no ar, é que se isso ocorresse hoje, será que os policiais do Maluf lá estariam para desalojar aquele casal?

Por isso, Srs. Deputados, e eu não quero fazer acusações, também por ensinamento de D. Helder que ontem dizia que não cabia a ele acusar ninguém, porque Cristo inclusive, dizia ele também, não condenou Madalena, quando disse àqueles que a acusavam que jogassem a primeira pedra, e que após eles terem se retirado do local, ele também não ficou a dizer à Madalena como ela deveria proceder, ou a castigá-la mais ainda, porque Cristo já achava que ela estava suficientemente castigada. Apenas teria dito a ele: — ide em paz e não peques mais. Assim também, eu não queria fazer julgamento, mas, a grande verdade é que ao analisar os fatos que aí estão, nós estamos vendo que as opções estão ficando poucas, porque, se hoje se encontra ainda as portas das igrejas abertas à população, talvez, amanhã, também, as portas estejam cerradas com cadeados, porque, daí para onde irá a população? É a pergunta que se faz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando a remessa dos laudos periciais realizados nas pessoas de Adelaide Guedes dos Santos, Bernadete Visbiski e Júlio Cesar Manso Vieira, à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que sejam anexados ao processo de denúncia contra o Sr. Governador do Estado e Secretários.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 170/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de ITAMBARACÁ”— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/81, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra, conforme especifica.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56/81, (Mens. Govern. n.º 41/81), que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Mariluz os lotes de terreno que especifica.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/81, que declara de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Evangélico — SASE”, com sede e foro na Cidade de Cianorte.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 62/81, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na Cidade de Maringá.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 65/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na Cidade de Castro.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 62/81 (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II Feira Brasileira do Artesanato”, no período de 10 a 19 de julho de 1981.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 66/81 (Mens. Govern. n.º 73/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Clevelândia e Colorado, no valor de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 67/81 (Mens. Govern. n.º 74/81), que aprova os convênios celebrados em 20/07/81, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Cornélio Procopio e Pérola, objetivando obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 105/81, (Mens. Govern. n.º 91/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 105/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Os vencimentos dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, constantes, respectivamente, das Tabelas I, II e III, do Anexo II, da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, ficam aumentados em trinta por cento a partir de 1.º de outubro de 1981, a título de vencimento parcela da majoração de vencimentos a ser conce-

dida com início de vigência em 1.º de janeiro de 1982.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que revoga a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1979. (Divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguauçu). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. COM EMENDA DE PLENÁRIO.— Em votação a emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Gostaria que Vossa Excelência fizesse a gentileza de solicitar ao 1.º Secretário, a leitura, na íntegra, da emenda, para conhecimento mais claro de todos nós.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao 1.º Secretário, a leitura na íntegra da Emenda ao Projeto de Lei n.º 40/81.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura).

EMENDA N.º 1

ao Projeto de Lei n.º 40/81.

O Art. 1.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica revogada a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1979, e restabelecida as divisas anteriores entre os municípios de Maringá e Mandaguauçu.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamento:

GILBERTO CARVALHO, ERONDY SILVÉRIO, ANTÔNIO COTRIM e ROMERO FILHO.”

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a emenda.— Aprovada.
Em votação o Projeto de Lei n.º 40/81.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Armando Soichi Iwaya, servidor público estadual. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 29/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. ARMANDO SOICHI IWAYA, servidor público estadual.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

Nascido no Japão, na Província de FUKUSHIMA, no dia 28 de março de 1924, o Sr. ARMANDO SOICHI IWAYA chegou ao Brasil em 22 de fevereiro de 1934, em companhia de seus pais Sr. SONOSUKE IWAYA e Dona KATSU IWAYA (ambos de saudosa memória), que imigraram para o Brasil.

Reside em Curitiba desde 1950, tendo se transferido da Cidade de Assaí, norte do Estado, onde colaborou com as autoridades judiciárias e policiais como tradutor e intérprete da língua japonesa.

Aqui, frequentou diversos cursos de sua especialização -

ECONOMIA E FINANÇAS, CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO e, inclusive, a convite, o de Diretrizes de Segurança Nacional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em 1963, bem como o de Atualização em Segurança e Desenvolvimento, da mesma Entidade.

Há mais de 30 anos vem ocupando, com exatidão e proficiências, funções, no serviço público federal - IBGE do Paraná ou no âmbito estadual na Chefatura de Polícia, Secretaria da Fazenda e, atualmente, nesta egrégia Casa de Leis. Os elogios, votos de congratulações e louvor inseridos em seus assentamentos funcionais, espelham o comportamento do servidor dedicado, cumpridor de suas obrigações, que pretendemos seja homenageado, também, como dignificante exemplo à classe que pertence.

O exame do invejável “curriculum - vitae” de ARMANDO SOICHI IWAYA, nos revela além da multiplicidade de atividades desenvolvidas pelo mesmo, a filosofia de um homem devotado à prática de campanhas meritórias visando o benefício e aperfeiçoamento de seus semelhantes.

Na vida associativa e divulgação da cultura e da língua japonesa tem se destacado sobremaneira.

Dedicado ao ensino daquela língua junto à comunidade curitibana, de início na Associação Cultural Nipo-Brasileira de Curitiba e, atualmente, na Universidade Federal do Paraná, onde acendendo convite que lhe foi feito, é professor no Curso de Extensão Universitária da língua japonesa, revela-se um autêntico Embaixador do Império do Sol Nascente entre nós, onde vive perfeitamente integrado como cidadão brasileiro exemplar.

Ao Sr. ARMANDO SOICHI IWAYA, pela Lei Municipal n.º 5452, de 13 de julho de 1976, aprovada pela unanimidade da Câmara Municipal de Curitiba, foi outorgado o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE CURITIBA, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados à coletividade curitibana.

A 18 de junho do corrente ano comemora-se o 70.º aniversário da Imigração Japonesa em nosso País.

Portanto, essa data é um evento significativo e se reveste de grande importância à comunidade nipo-brasileira aqui radicada e onde vivem mais de 250.000 elementos, sendo o segundo Estado Brasileiro de maior concentração do imigrante japonês.

Desejando prestar justa homenagem de reconhecimento àqueles que tanto têm contribuído com sua força de trabalho nos mais variados setores de atividades, em especial na agricultura, onde a presença laboriosa dos “nisseis” tem sido muito valiosa para o progresso e o desenvolvimento de nosso Estado, achamos que ficarão muito bem representados através do Servidor Público ARMANDO SOICHI IWAYA, a quem propomos seja conferido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, pelos seus méritos pessoais acima mencionados e como símbolo de integração e brasilidade demonstrados em toda a trajetória de sua vida, útil e laboriosa, culminada com o matrimônio contraído com a professora Senhora Elvira Alberini Iwaya, que lhe deu três filhos, todos curitibanos de nascimento: José Carlos, Marilda Lúcia e Cláudio Antônio.

Estes os fundamentos desta proposição, que ilustramos anexando: “Curriculum vitae”, citações e honrarias e transcrição de alguns comentários da imprensa local acerca da concessão do TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE CURITIBA ao nosso homenageado, contando com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis aos justos objetivos da mesma.

(Anexo curriculum vitae”)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ao Projeto de Lei n.º 29/78

PARECER

De autoria do Deputado Jurandir Messias, o presente projeto de lei intenciona conceder a ARMANDO SOICHI IWAYA, servidor público estadual, o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

A iniciativa encontra amparo, para sua propositura, na Constituição do Estado do Paraná e sua forma e tramitação são reguladas pelo Regimento Interno desta Casa.

Assim, nada existe que se anteponha à medida quanto ao seu aspecto legal, motivo pelo qual, opinamos de maneira FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1ª. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 180/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública o “Centro Social de Butiatuvinha”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 180/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto a comunidade de Santa Felicidade, no setor da assistência social.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previsto pela legislação pertinente à matéria.

Com isso esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 180/78

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Erondy Silvério, objetiva declarar de utilidade pública o Centro Social de Butiatuvinha, com sede nesta Capital.

Baixado em diligência a pedido do Relator anterior, retorna o processado com o suprimento das omissões apontadas, merecendo, agora, APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 33/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais João Paulo I”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 33/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I”, com sede e foro nesta

Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços junto a comunidade de nossa Capital no setor da assistência social e filantrópica, principalmente no atendimento ao excepcional.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento das exigências legais previstas à declaração de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 33/81

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a “Associação de Pais João Paulo I”, com sede e foro nesta Capital.

Do exame da documentação que acompanha o processo, verifica-se estar a medida legalmente amparada pois atende os pressupostos exigidos pela Lei n.º 6994, específica reguladora do assunto.

Inexiste, de outra parte, qualquer obstáculo legal que se lhe anteponha, motivo pelo qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
LEÔNIDAS CHAVES, Relator.

1ª. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 42/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina “DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza, ao Município de Cascavel à sede do Município de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 42/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica denominado “DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza, ao Município de Cascavel à sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Nunca será demais perpetuar a memória do inesquecível homem público que foi o Deputado Arnaldo Faivro Busato.

Colhido prematuramente pela morte, não obstante marcou sua trajetória existencial e política com o selo do trabalho e da dedicação aos interesses coletivos.

Sobretudo na região, cortada pela Rodovia PR-182, sua atuação foi magnífica. Daí a homenagem que proponho nesta oportunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 42/81

PARECER

O ilustre Deputado David Cheriegate propõe, através do presente projeto de lei, a concessão do nome do Deputado Arnaldo Faivre Busato ao trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza ao Município de Cascavel à sede do referido Município de Francisco Beltrão.

No mérito, a justiça da proposta é indiscutível. Como diz o nobre autor do projeto, Arnaldo Faivre Busato foi "colhido prematuramente pela morte", mas "não obstante, marcou sua trajetória existencial e política com o selo do trabalho e da dedicação aos interesses coletivos".

Sob o ângulo da constitucionalidade e da juridicidade, a matéria é pertinente: a iniciativa compete ao Deputado e a forma de que se reveste é a preconizada no Regimento Interno.

Diante do exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 63/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", da Cidade de Verê/Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. –

PROJETO DE LEI N.º 63/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI, da Cidade de Verê, Estado do Paraná.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, de Verê, Estado do Paraná, foi fundada em 20 de março de 1980, tendo sido registrada em 17 de junho do mesmo ano, em que adquiriu personalidade jurídica.

Os benefícios que vem prestando à maternidade e à infância em geral, desde a sua fundação, fazem da APMI de Verê uma associação digna da admiração e respeito daquela comunidade.

Cumprindo com êxito os fins para que foi fundada, carece agora de sua declaração de utilidade pública, para o que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 63/81

PARECER

Com este projeto de lei, o ilustre Deputado Deni Schwartz intenciona declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro no Município de Verê.

A farta documentação anexada, demonstra, sobejamente, estar a iniciativa enquadrada nos pressupostos específicos da legislação reguladora da espécie, Lei n.º 6994.

Desta maneira, está a merecer aprovação por parte desta Comissão, sendo o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 64/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Distrito Administrativo de Vida Nova, com sede na localidade do mesmo nome, Município de Sapopema. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 64/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica criado, no Município de Sapopema, o Distrito de Vida Nova, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“– começa no Rio Laranjinha na foz do Córrego do Veado, sobe por este até o cruzamento da estrada Vida Nova-Congoinhas, seguindo pela referida estrada rumo Vida Nova e posteriormente segue pela estrada do Xisto rumo Sapopema até confrontar a nascente da Água dos Cordeiros pela qual desce até sua foz no Ribeirão das Pedras, e por este abaixo até sua foz ao Rio Laranjinha pelo qual desce até alcançar a foz do córrego do Veado, ponto de partida.”

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

A região de Vida Nova, no Município de Sapopema, vem apresentando um surto desenvolvimento dos mais acentuados nestes últimos anos, quer no setor da agricultura, quer no setor sócio-econômico, comportando a sua elevação para a categoria de Distrito Administrativo, o que por certo acarretará novos impulsos a fim de que aquele desenvolvimento não sofra qualquer solução de continuidade.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que por certo merecerá o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 64/81

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, pretende a criação do Distrito de Vida Nova, no Município de Sapopema, com sede na localidade do mesmo nome e divisas especificadas no presente projeto, em seu artigo primeiro.

A presente iniciativa encontra fundamento e amparo legal no que dispõe o Artigo nono da Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, de 18/06/1973, mais especificamente em seu capítulo II, da Criação do Município e do Distrito, que reza:

Art. 9.º – A criação dos Distritos far-se-á por lei estadual mediante Representação do Município, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus Membros, obedecidas as seguintes condições:

I – população superior a mil habitantes no território;

II – existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;

III – delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas na forma da lei em seu Artigo 8.º, inciso II.

Concluo o estudo do plano, através da documentação que o acompanha, considerando que o projeto de lei em tela cumpre todas as exigências legais, com vistas à aprovação do mesmo, não temos que colocar óbice, quanto à sua aprovação por parte desta Comissão de Constituição e Justiça.

Somos, portanto, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
GABRIEL SAMPAIO, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 68/81, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional 31 de Março", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 68/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a “Fundação Educacional 31 de Março”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

A “Fundação Educacional 31 de Março”, inspirando a realização de uma educação ideal, social e esportiva, na consciência da cidadania democrática, propõe:

- promover a melhoria educacional da juventude;
- orientar a formação cívica da mocidade;
- propiciar a elevação cultural da sociedade;
- estimular o desenvolvimento esportivo da comunidade.

A “Fundação Educacional 31 de Março” vem defendendo de forma eficaz atividades que congregam a comunidade prinzina dentro dos propósitos propostos, conforme está explícito em seus estatutos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 68/81

PARECER

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Cyro Martins, declarar de utilidade pública a “Fundação Educacional 31 de Março”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Cumprida a diligência, retorna o processado, imune das falhas apontadas e em condições de ter sua tramitação regimental.

Somos assim, por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

WERNER WANDERER, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Coronel Vivida”, com sede e foro na Cidade de Coronel Vivida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 76/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VIVIDA”, com sede e foro na Cidade de Coronel Vivida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto a comunidade de Coronel Vivida, principalmente no campo da assistência social e filantrópica.

O relatório das suas atividades que anexamos ao presente

comprova o âmbito do trabalho desenvolvido junto à Sociedade de Coronel Vivida.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que, por certo merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa, já que todos os requisitos legais são pela entidade preenchidos, conforme a documentação que segue com a proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 76/81

PARECER

O projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VIVIDA”.

A Lei n.º 6994 de 10/01/1978, que dispõe sobre normas e exigibilidades para considerar de utilidade pública entidades ou congêneres, determina o atendimento aos seguintes requisitos:

- a) possui personalidade jurídica há mais de um ano;
- b) estejam em efetivo exercício e sirvam desinteressadamente à coletividade, em fiel observância de seus fins estatutários;
- c) que não seja sua comissão diretora remunerada, a qualquer tipo, os cargos por eles exercícios;
- d) e que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promovam a educação, assistência social, ou sejam prestadoras de serviços de caráter geral e indiscriminatório.

2. Com base no exame da documentação competente do presente projeto de lei, constatamos que:

- I - preenche a mesma em todos os itens previstos e exigidos em Lei os requisitos mínimos e indispensáveis, para que possa a mesma vir a ser declarada de utilidade pública,
- II — face ao constatado, não nos resta senão opinarmos pela aprovação do presente projeto de lei.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

GABRIEL SAMPAIO, Relator

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

12 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44, 45 e 46/81, e de Lei n.ºs 29/78 e 180/78 e 33, 42, 63, 64 e 68/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 100/80 e 44, 83 e 87/81.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 73/80, de autoria do Deputado Florivaldo Palácios, que denomina Prefeito Moacir Correa a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá a Itambaracá. PROJETO DE LEI N.º 24/81, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que altera o regime do auxílio hospitalar ao servidor e dependentes contidas no artigo 4.º, do Decreto n.º 14585, do Regulamento do IPE, conforme especifica. PROJETO DE LEI N.º 38/81, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09/09/70 (REGIMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS). PROJETO DE LEI N.º 52/81, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80 de autoria do Deputado Lázaro Dumont e outros, altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, antecipando para quinta-feira, a sessão ordinária de sexta-feira. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta, no Pequeno Auditório, reuniu-se a Comissão de Agricultura, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo

número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. O Senhor Presidente convidou para fazer parte da Mesa o Senhor Presidente da Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, o Senhor Secretário de Agricultura, Reinhold Stephanes, o Senhor Presidente da Associação Paranaense de Suinocultura, o Prof. Nilton Prado Rissaud, o Senhor Deputado Deni Schwartz, o Dr. Ratt, da Carteira de Crédito do Banco do Brasil, e o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Nilton Friedrich. Usando da palavra o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, dizendo que o Senhor Secretário de Agricultura mais uma vez atendeu aos apelos dos suinocultores, comparecendo há mais uma reunião da Comissão de Agricultura nesta Casa, sendo que essa reunião justamente é para tratar do grave problema em que se encontra o nosso Estado junto a suinocultura. Diversos líderes sindicais que compareceram a reunião debateram o grave problema do suinocultor, pedindo soluções urgentes do Governo Federal, para melhores preços do porco em pé. O Senhor Secretário de Agricultura expôs para os presentes principalmente para os suinocultores, a posição em que o nosso Estado está, no âmbito federal, para colher condições de melhores preços. O Senhor Presidente fez a apresentação de vários depoentes na Comissão de Agricultura que foram convidados para esta reunião. Agradecendo a todos os presentes, principalmente ao Senhor Secretário de Agricultura, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, na qual ficam arquivadas na Comissão, as notas taquigráficas para consultas posteriores, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente

Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a Presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont, e demais Senhores Deputados membros da Comissão, para mais uma vez debater o grave problema em que se encontram os suinocultores em nosso Estado. Usando da palavra disse o Senhor Presidente, estar o nosso Estado vivendo dias mais negros e atravessando a sua pior crise. Falaram vários Senhores Deputados

dentre os quais o Deputado Nelson Friedrich, o Deputado Edilson Alencar e o Deputado Ruben Valduga, que através da Comissão de Agricultura fizeram um manifesto, ou seja um documento que será apreciado pelo Plenário da Casa em que a Comissão de Agricultura expõe os pontos básicos sobre o problema da suinocultura, documento esse que se encontra arquivado na Comissão, para qualquer consulta que seja necessária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente

Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA

4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a Presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont e demais membros da Comissão, na Sala de Reuniões, e tendo como convidados os Senhores Deputados Celso Testa, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, do Senhor Deputado Artêmio Palludo, membro da Comissão da Agricultura da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Usando da palavra o Senhor Presidente disse da grande importância desta reunião em que estão juntos os três Estados do Sul, unidos pelo mesmo interesse e motivo, ou seja o grave problema em que se encontra a suinocultura no sul do País. O Senhor Presidente convidou para participar da reunião os Senhores Deputados: Werner Wanderer, Túlio Zanchet, Luiz Alberto de Oliveira, Egon Pudell, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Trajano Bastos, Nelson Friedrich e Deni Schwartz, todos representantes da região Oeste e Sudoeste do Estado, justamente onde está localizado o maior rebanho de suínos em nosso Estado. O Senhor Presidente disse da tomada de posição em que as três Assembléias Legislativas através de suas Comissões Técnicas, estão tomando em favor dos suinocultores. Primeiramente passo a palavra ao Senhor Deputado representando o Rio Grande do Sul e depois ao Deputado que representa o Estado de Santa Catarina. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Nelson Friedrich para que fizesse um

relato de como estão os nossos trabalhos aqui no Paraná. Todos os Senhores Deputados convidados para a reunião debateram durante várias horas o grave problema do suinocultor, além do Senhor Presidente que enfatizou a situação deveras angustiante que está o suinocultor em nosso Estado. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira indagou dos presentes da possibilidade de irmos unidos todas as três Assembléias através de seus representantes de tentarmos uma audiência em Brasília com os três Ministros da área econômica. Todos concordaram e ficou decidido qual o dia em que iriam. O Senhor Presidente encarregou os Senhores Luiz Alberto de Oliveira, o Deputado Celso Testa e o Deputado Nelson Friedrich de darem uma redação ao documento a ser enviado a Brasília. Foi redigido o documento, que se encontra arquivado na Comissão junto com as notas taquigráficas da reunião para qualquer consulta. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os participantes da reunião, principalmente os Senhores Deputados que vieram do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, e aos demais Deputados presentes a reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente

Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos oito dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e um, com a presença dos Senhores Deputados Lázaro Dumont, Ruben Valduga, Werner Wanderer, Tércio Albuquerque, Deni Schwartz, Trajano Bastos e Edilson Alencar, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o Artigo 40, do Regimento Interno, o Senhor Deputado Lázaro Dumont. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Deni Schwartz, respectivamente para Presiden-

te e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Lázaro Dumont, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 08 de abril de 1981.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente
Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA TERMO DE ATA N.º 04

Aos dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e um, às dezoito horas, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, não realizou sua Reunião Ordinária, em razão da demorada apreciação da Ordem do Dia da Sessão Plenária. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Aírton Cordeiro, solicitou fosse lavrado o presente Termo de Ata e que fosse comunicado aos Senhores Deputados membros desta Comissão, que a reunião marcada para hoje, fica transferida para amanhã, às mesmas horas. Lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presente à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
Rita Soares Bertoli - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA TERMO DE ATA N.º 06

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezenove horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Aírton Cordeiro, Luiz Alberto de Oliveira e Werner Wanderer, a fim de realizarem a 15.ª Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Aírton Cordeiro não abriu os trabalhos, nada podendo ser apreciado ou decidido. O Senhor Presidente determinou fosse lavrado o presente Termo de Ata, que após

lido e aprovado, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
Rita Soares Bertoli - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, e presentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Del Ciel, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, José Domingos, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Renato Bernardi, Ruben Valduga e Werner Wanderer, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente solicitou fosse registrada em Ata a presença dos Senhores: Ricieri Cogo e Cícero Barbosa Sobrinho, Vereador e Secretário do PMDB, respectivamente, no Município de Capitão Leônidas Marques. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N.º 30/80, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino. Cria o Município de Boa Vista da Aparecida, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com novas divisas e PROJETO DE RESOLUÇÃO. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino apresentou abaixo-assinado da Comissão Distrital para criação do Município de Boa Vista da Aparecida, bem como declaração do vigário local, Frei Eugênio Nickel e mapa ampliado do Município de Capitão Leônidas Marques, solicitando seja anexado ao Projeto de Lei. O abaixo-assinado dirigido aos Senhores Deputados: Fidelcino Tolentino, Luiz Alberto de Oliveira e David Cheriegate solicita que seja incluído todo o Distrito de Alto Alegre do Iguaçu ao novo Município de Boa Vista da Aparecida, contendo 37 (trinta e sete) folhas, nas quais constam 676 votos SIM e 16 votos NÃO, a assinatura e o título de eleitor dos moradores locais, onde expressam o desejo de pertencerem ao novo município, com as divisas pelo Rio Andradá, ane-

xo ainda a relação dos eleitores de Alto Alegre, fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, confirmando o nome e os respectivos títulos de eleitores. O Senhor Presidente defere a solicitação para que esta documentação seja anexada ao Projeto de Lei, colocando em discussão o Parecer. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino usa da palavra para defender a anexação de todo o Distrito de Alto Alegre do Iguaçu ao Município de está sendo criado, em razão de ser aspiração e vontade da maioria dos seus moradores. O Deputado esclarece aos Membros da Comissão que a divisa natural e lógica é a divisa por rio, que é um acidente geográfico — Rio Andrada — o qual não dará ensejo a qualquer discussão futura. E não é só isto, mas também esta divide pelo meio o atual Município de Capitão Leônidas Marques, com o que nenhum prejuízo trará para o mesmo. Falou, ainda, das populações de um e de outro território, esclarecendo que os Distritos de Boa Vista e Alto Alegre fazem parte de uma área entre dois grandes rios, como também Capitão Leônidas Marques e o Distrito de Santa Lúcia ficariam entre os Rios Andrada e Gonçalves Dias, sendo que a única divisa seca permaneceria sendo com o Município de Cascavel. Lembrou que convidara, há uns meses atrás, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira para juntos realizarem reunião com os moradores de Alto Alegre, dando ampla liberdade a cada manifestante para que pudesse exprimir o desejo sobre o novo município, porém a reunião foi feita na ausência de sua pessoa, o que lhe obrigou a atender convite da população a uma reunião, quando o Deputado Luiz Alberto foi pessoalmente convidado e não compareceu. Nessa reunião, ouviu a manifestação de quase 300 (trezentos) participantes de todas as correntes políticas e partidárias, e ficou claro que desejavam pertencer à Boa Vista da Aparecida e não a Capitão Leônidas Marques. Nessa reunião então, os presentes manifestaram o desejo de fazer uma consulta pessoal aos moradores de Alto Alegre, a qual foi realizada e no resultado ficou claro o desejo de 676 (seiscentos e setenta e seis) chefes de família pertencer à Aparecidinha e apenas 16 (dezeses) desejariam ficar com Capitão Leônidas Marques. Em virtude disso, faz um apelo aos componentes da Comissão para votarem acatando a manifestação massiva dos interessados, sem preocupação partidária. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira justifica que conhece o problema e como representante da região e não aprova a anexação do citado distrito ao Município de Boa Vista da Aparecida. Em aparte à exposição do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o Deputado Fidelcino Tolentino propôs que se fizesse

plebiscito abrangendo as divisas pelo Rio Andrada, ou seja, pegando as áreas dos Distritos de Boa Vista e de Alto Alegre, e se a população de Alto Alegre manifestasse a confirmação do desejo de pertencer a Capitão Leônidas Marques, aceitaria subscrever a alteração das divisas por linha seca. A proposição não foi aceita pelo Relator, Deputado Luiz Alberto de Oliveira. EM VOTAÇÃO. APROVADO POR MAIORIA O PARECER FAVORÁVEL com alterações de divisas e o respectivo Projeto de Resolução. O Senhor Deputado Del Ciel justifica seu voto, esclarecendo que as divergências existentes e conflitantes poderá fazer parte de uma segunda luta, o que não impede que se vote favorável à criação do município. O Senhor Deputado Renato Bernardi justifica esclarecendo que a votação da Comissão foi uma votação partidária e não de divisa administrativa. Esta Comissão consagra mais uma futura área de calamidade pública, deixando separado do Município de Boa Vista da Aparecida o Distrito de Alto Alegre do Iguaçu. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino registra em Ata, com toda a humildade, preocupação de que a posição adotada pela Comissão de Constituição e Justiça, venha a ser objeto de acontecimentos temerários, pois, esta Comissão violenta hoje um documento escrito pela absoluta e esmagadora maioria de moradores do Distrito de Alto Alegre, e tem certeza que a população deseja ardentemente fazer parte do novo município, e não terá oportunidade de se manifestar, muito embora tenha solicitado aos três representantes da região nesta Casa. Disse ainda que é a primeira vez que uma decisão nesta Comissão é tomada a favor de 16 votos contra 676 (dezeses contra seiscentos e setenta e seis), e que isto realmente se trata de uma decisão partidária, beneficiando não a aspiração do povo, mas o desejo pessoal de um Deputado do PDS, já que somente os seus componentes votaram com a proposta do Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Disse ainda, que essa decisão era clara imposição do impedimento da livre manifestação dos diretamente interessados, pois que, se Alto Alegre pudesse decidir os seus destinos através de plebiscito o resultado seria massivamente no sentido de pertencer a Boa Vista da Aparecida, o que aliás já está comprovado pelas assinaturas feitas em abaixo-assinado que foi juntado ao Projeto, solicita que fique constando em Ata, que os votos favoráveis à Emenda do Relator foram só dos Senhores Deputados do PDS, ou seja: Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Basílio Zanusso, Del Ciel, José Domingos, Ruben Valduga e Werner Wanderer, sendo que os demais Senhores Deputados foram votos vencidos, conforme consta do Projeto de

Lei, ou sejam, dos Senhores Deputados: Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Lineu Turra e Adalberto Daros. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira esclarece que está convencido, com a consciência de homem público e representante do Município de Capitão Leônidas Marques, que não houve nenhum tipo de violentação. Tem consciência que esta foi a melhor decisão para a criação do Município de Boa Vista da Aparecida, conhecendo a região, como representante dos Distritos de Santa Lúcia, Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre do Iguaçu. A seguir passou-se à apreciação dos demais Projetos de Lei. 2) PROJETO DE LEI N.º 32/81, do Deputado Airton Cordeiro. Estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares nos órgãos do Governo do Estado, como especifica. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 38/81, do Deputado Gilberto Carvalho. Introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09/09/70. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado por maioria. Voto vencido do Deputado Fidelcino Tolentino. 4) PROJETO DE LEI N.º 52/81, do Deputado Ezequias Losso. Declara de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 57/81, do Deputado Antônio Cotrin. Declara de utilidade pública os Serviços de Assistência Social Evangélico de Cianorte. Relator Deputado Werner Wanderer. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, a fim de anexar documentos. Deferido. 6) PROJETO DE LEI N.º 59/81, do Deputado Augusto Carneiro. Declara de utilidade pública a Associação FAMEPAR, de Curitiba. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 125/78, do Deputado Erondy Silvério. Dispõe sobre a privacidade do Despachante Oficial e o DETRAN, como especifica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N.º 145/78, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubatuba. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) PROPOSIÇÃO N.º 36/81, do Poder Executivo. Veto ao Projeto de Lei n.º 142/80, de autoria do Deputado José Tavares. Relator Deputado Werner Wanderer. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 10) PROPOSIÇÃO N.º 37/81, do Poder Executivo. Mensagem n.º 40/81. Convênio celebrado com diversos municípios, como especifica.

Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Airton Cordeiro, Presidente da Comissão, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente.

Rita Soares Bertoli - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Airton Cordeiro, e presentes os Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Gabriel Sampaio, José Domingos, Fidelcino Tolentino, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Lineu Turra e Paulo Camargo, bem como demais Senhores Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N.º 55/81, do Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo a doar área de terras que especifica, à Fundação Nacional do Índio, para construção de sede própria em Curitiba. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 56/81, do Poder Executivo. Mensagem n.º 41/81. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mariluz, os lotes de terreno que especifica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 57/81, do Deputado Antônio Cotrin. Declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico, de Cianorte. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 62/81, do Deputado Antônio Facci. Declara de utilidade pública o Recanto Somos Todos Irmãos, de Maringá. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 65/81, do Deputado Erondy Silvério. Declara

de utilidade pública a Associação de Amigos da Vila Santa Cruz, de Castro. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 67/81, do Deputado Tércio Albuquerque. Concede Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Leonicie Léa Correia Leal. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Requer seja convertido em diligência junto ao Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que opine a respeito. Deferido. 7) PROJETO DE LEI N.º 68/81, do Deputado Cyro Martins. Declara de utilidade pública a Fundação Educacional 31 de Março, de Ponta Grossa. Relator Deputado Werner Wanderer. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, a fim de anexar documentos. Deferido. 8) PROJETO DE LEI N.º 170/80, do Deputado Fuad Nacli. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 173/80, do Deputado David Cheriegate. Concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor João Calixto de Medeiros. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL, com informações favoráveis do Tribunal de Justiça, conforme requerimento do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Em discussão e votação. APROVADO o parecer FAVORÁVEL por maioria. Votos vencidos dos Senhores Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Fidelcino Tolentino e Paulo Camargo. O Senhor Deputado Deni Schwartz esclarece seu voto favorável, justificando que é contrário à propositura de projetos de concessão de títulos em geral, mas voto sempre favorável nos casos propostos. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira justifica seu voto contrário ao Parecer, esclarecendo que conhece a figura do homenageado do Projeto de Lei, o seu comportamento administrativo frente à Presidência Regional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, cargo que é remunerado, bem como conhece, ainda, as circunstâncias pouco recomendáveis que envolveram a sucessão da Presidência da CNEC, e esclarece que João Calixto de Medeiros não é professor como afirma a justificativa do Projeto de Lei, é tenente reformado do Exército Nacional. 10) PROJETO DE LEI N.º 196/79, do Deputado Antônio Facci. Cria o Município de Sarandi, como específica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N.º, digo RESOLUÇÃO N.º 35/81, do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Siqueira Campos. Relator Deputado Werner Wanderer.

Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 12) PROPOSIÇÃO N.º 39/81, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e os Municípios de Medianeira e Itapejara d'Oeste, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO N.º 42/81, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e a SUDESUL, para controle da erosão, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO N.º 43/81, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Piraquara, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO N.º 47/81, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios, para fins que especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 85/81

PARECER

Procedente de mensagem governamental, visa a presente Proposição o "referendum" deste Poder a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de APUCARANA e TAPEJARA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Ressalta dos termos dos tratados o interesse público da medida.

Cumpridas que foram as formalidades legais, nada impede sejam RATIFICADOS os tratados propostos, nos termos do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Presidente e Relator.